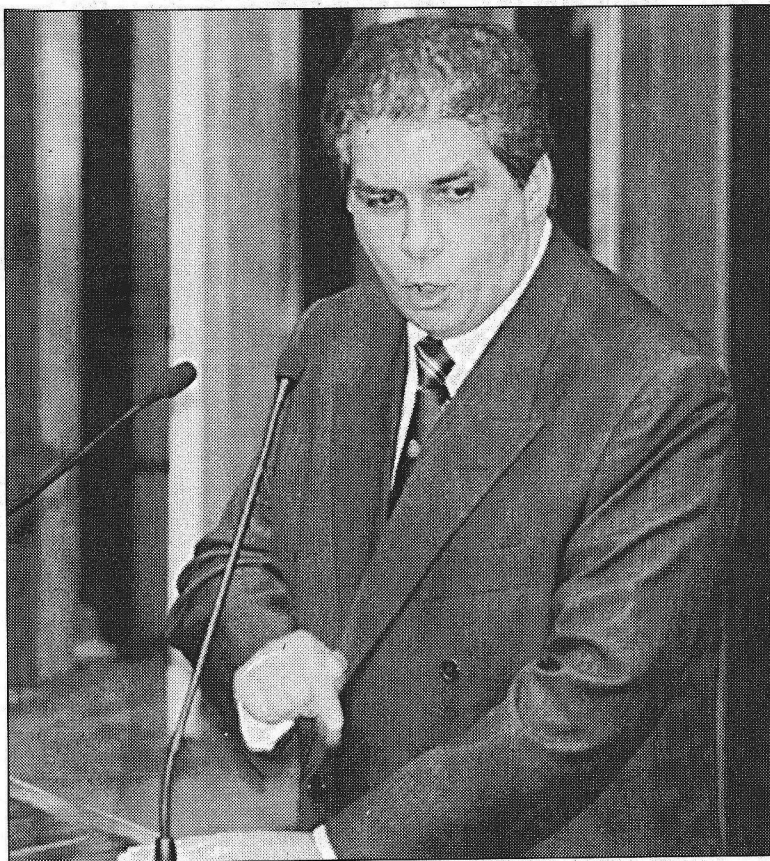


PMDB cobra corte de privilégios

A única surpresa do debate foi a posição ambígua em que o PMDB se colocou em relação ao pacote de ajuste fiscal: o líder do partido, senador Jader Barbalho (PA) afirmou na tribuna, perante Malan, que o partido vai colaborar no exame das medidas do Governo mas não excluirá o exame das alternativas que a oposição vier a apresentar.

"O Governo não é o dono da verdade e o PMDB estabelecerá nesta questão o contraditório democrático", afirmou Barbalho, revelando estar preocupado com o índice de desemprego e exigindo "exemplos" do Governo. "Queremos garantias de que os privilégios não serão mantidos e que os mais pobres sejam protegidos. Estaremos atentos em relação aos cortes", disse o líder, em tom de aviso.

As palavras de Barbalho, porém, não assustam os governistas, que as atribuem às mágoas de campanha (Barbalho saiu derrotado na candidatura ao governo do Pará contra o tucano Almir Gabriel). O líder do Governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que "o Governo tem que promover cortes em torno de R\$ 28 bilhões e esse número não pode ser mudado. Mas, dentro dele, podem surgir pro-



JADER Barbalho: "O Governo não é dono da verdade"

postas inteligentes".

O senador Pedro Piva (PSDB-SP), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, cobrou do ministro incentivos à produção e a queda de juros, além da reforma tributária. "Estamos numa eco-

nomia de guerra e só podemos sair da crise produzindo. Temos que pensar no emprego e nas exportações", sugeriu o parlamentar. Ele também cobrou, de forma enfática, "a firme sinalização da transitoriedade da CPMF".

Black

Malan aceitou a cobrança e garantiu que a "CPMF não é um bom imposto. E a transitoriedade dos 0,08% que serão adicionados só durante 1999 aos 3% da proposta do Governo, deveriam se estender à própria CPMF, que só tem sentido com índices bem mais baixos". Ele também minimizou a duplicação (de 20% para 40%) dos índices de retenção via Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) das verbas constitucionais dos estados e municípios: "O FEF é uma emenda constitucional com vigência até o final do ano que vem. Não há portanto urgência na sua aprovação à vista de tantas outras providências que terão de ser tomadas".

Em resposta a uma pergunta do senador Romeu Tuma (PFL-SP), o presidente do BC, Gustavo Franco, definiu o crescente mercado paralelo do dólar como atividade criminosa. "Não é mais o dólar black, mas o real black e é coisa de bandido, de traficante. O que se cobra não é uma taxa de desvalorização do real, mas a taxa de lavagem do dinheiro", disse Franco, acrescentando que "a imprensa não deveria dar espaço a estas cotações, que causam interpretações equivocadas no exterior". (S.A.)